



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

GUSTAVO BARROS RODRIGUES

**O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL: O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO,
RACISMO E IDENTIDADE RACIAL**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Gustavo Barros Rodrigues

**O negro na história do Brasil: o processo de miscigenação,
racismo, e identidade racial**

Monografia de graduação, como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Pedagogia. Orientador: Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho.

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696n Rodrigues, Gustavo Barros.

O negro na história do Brasil: o processo de miscigenação, racismo e identidade racial. / Gustavo Barros Rodrigues. – Miracema, TO, 2022.

43 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.

Orientador: Francisco Gonçalves Filho

1. Identidade racial. 2. Miscigenação. 3. Escravidão e Racismo Estrutural. 4. História do Brasil. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUSTAVO BARROS RODRIGUES

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL: O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO, RACISMO
E IDENTIDADE RACIAL

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – *Campus* de Miracema, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação do Prof. Drº. Francisco Gonçalves Filho.

Data de aprovação: 24/06/2022.

Banca examinadora:

Profº. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Orientador, UFT

Profª Thallyta Teixeira Silva, Examinadora, UFT

Profº. Dr. João Nunes da Silva, Examinador, UFT

Profª. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de Conclusão de Curso foi fruto de várias vivências e relações sociais ao longo da minha jornada, no curso de Pedagogia.

Agradeço primeiramente ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, pela grande ajuda e orientação ao longo da escrita desta monografia, as dicas e indicações foram imprescindíveis para a construção do mesmo. E um bônus, o interesse pelo tema surgiu através das discussões de suas disciplinas, a saber: Educação e Cultura Afro-brasileira; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; História da Educação Brasileira; e Noções de Capoeira como expressão afro-brasileira.

Agradeço à Prof. Dra. Ana Corina Spada pelas orientações iniciais deste estudo, do projeto ao desenho dos primeiros capítulos. Estes passos iniciais foram importantes para o desenvolvimento atual do TCC e sua finalização com o orientador. Muito obrigado.

Agradeço aos professores membros da banca examinadora: Prof^a. Thallyta Teixeira; Prof. João Nunes e Prof. Ladislau Nascimento, pela leitura atenta e contribuições no momento da defesa e exame deste trabalho.

Agradeço às minhas amigas Geice Nogueira da Silva, Ana Karoline Borges, Raiane da Silva Amaral e Sandra Pereira da Silva pelas conversas, interações e convivências do Ensino Médio ao Ensino Superior, no qual podemos perceber nitidamente os amadurecimentos, ao longo dos anos. Os debates, as conversas e as “brigas” ajudaram no fortalecimento de nossas amizades.

E agradeço a minha família pelo incentivo e apoio. Ao meu pai Angelo Rodrigues de Souza, meu irmão Guilherme Aparecido Barros Rodrigues e em especial à minha mãe, Marilene Barros da Silva Rodrigues, que me incentivou a entrar no Curso de Pedagogia. Sem eles, toda a minha família, eu não teria tido a oportunidade de ter vivido essa jornada do conhecimento. Grato.

A lei nº 10.639/2003, coloca aos educadores brasileiros uma questão prática ainda não totalmente equacionada. Trata-se de saber que África e que Brasil negro transmitir aos alunos dos Ensinos Básico e Médio. (...). Pensamos que seria importante, no primeiro momento, ensinar aos alunos brasileiros alguns aspectos da geografia política africana em geral, que a maioria dos brasileiros, até adultos, ignora bastante.

Kabengele Munanga (2009)

RESUMO

O tema deste trabalho surgiu durante minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no período de 2018-2020. Teve-se como objetivo conhecer a concepção de racismo no Brasil, tendo como referência as características históricas da colonização e da formação do Estado brasileiro, em especial com o uso predominante do trabalho escravo com base em mão de obra africana. A nossa primeira seção aborda os períodos históricos da Colônia e do Império, que embora tenha um processo de independência em 1822, entre Brasil e Portugal, os dois períodos históricos têm em comum, o processo escravocrata (1549 – 1888). A seguir, nos dedicamos à República que “herda” a abolição da escravidão, em sua forma legal, no entanto, não realiza as reformas que deveriam incluir o negro na sociedade e ainda, põe em prática políticas públicas que o marginalizam da sociedade e em todas as dimensões da vida, em flagrante processo de preconceito, discriminação e racismo. Ainda nesta segunda seção, nos dedicamos à exposição sobre o mito da democracia racial, no qual alude que no Brasil não existiu a questão do racismo, mas por trás dos panos apresenta um processo de racismo que contribuiu ainda mais para o silenciamento das pessoas negras. E para complementar, apresentamos o significado de racismo estrutural que influencia a naturalização de uma supremacia branca na sociedade. Desse modo indagamos como as crianças negras podem se identificar como pessoas negras, se não veem afrodescendentes nas grandes mídias ou em cargos de poder na sociedade? É com base nessa pergunta que mergulhamos na história do país para compreendermos o racismo presente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Identidade Racial. Miscigenação. Escravidão e racismo estrutural. História do Brasil.

ABSTRACT

The theme of this work arose during my participation in the Institutional Scholarship Program for Initiation to Teaching - PIBID, in the period 2018-2020. The objective was to know the creation of racism in Brazil, with reference to the historical characteristics of colonization and the formation of the Brazilian State, in particular the predominant use of slave labor based on labor. Our first section deals with the historical periods of the Colony and the Empire, which although there was an independence process in 1822, between Brazil and Portugal, the two historical periods have in common, the slavery process (1549 – 1888). Next, we dedicate ourselves to the Republic that “inherits” the abolition of slavery, in its legal form, however, it does not carry out the reforms that should include black people in society and also puts into practice public policies that marginalize them from society in all areas. the dimensions of life, in a flagrant process of prejudice, discrimination and racism. Still in this second section, we dedicate ourselves to the exposition on the myth of racial democracy, in which it alludes that in Brazil there was no issue of racism, but behind the scenes it presents a process of racism that contributed even more to the silencing of black people. And to complement, we present the concept of structural racism that influences the naturalization of white supremacy in society. So, how can black children identify as black people, if we don't see Afro-descendants in the mainstream media or in positions of power in society? It is based on this question that we delve into the country's history to understand the racism that is present in Brazilian society today.

Keywords: Racial Identity. Miscegenation. Slavery and structural racism. History of Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	DA COLÔNIA BRASILEIRA AO IMPÉRIO ESCRAVAGISTA.....	10
2.1	Do Período Colonial.....	10
2.2	Do Período Imperial.....	18
3	DA REPÚBLICA GOLPISTA E MISCIGENADA.....	24
3.1	Do Período Republicano.....	24
3.2	O negro no recente período democrático.....	31
3.2.1	A democracia racial.....	31
3.2.2	O racismo estrutural.....	35
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	40
	ANEXO A – Carta Testamento de Getúlio Vargas	41

1 INTRODUÇÃO

O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso - TCC surgiu a partir da minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no período de 2018-2020. Eu havia passado uma atividade que envolvia desenho para os estudantes e houve uma comoção dos mesmos para ver quem pegava o lápis “cor de pele”. Assim, as observei e atentei que até as crianças negras objetivavam o lápis cor-de-rosa, por isso, fiquei me perguntando o por que das crianças negras não se identificarem com a sua cor de pele e decidi procurar a resposta do questionamento através da exposição desta monografia.

Assim sendo, nosso estudo foi fundamentado com os seguintes autores: Almeida (2018), Carneiro (1995), Fausto (2006), Moura (1992), Nascimento (2016), Ribeiro (2019), Ribeiro (1992), e Santos (1980). Desse modo, “O negro na história do Brasil: o processo de miscigenação, racismo e identidade racial” inicia-se com foco na formação social e política do Brasil com o uso, pelos portugueses colonizadores, da mão de obra nativa, indígena e dos negros africanos escravizados. O país se formou por meio desses povos, contudo, os colonizadores brancos portugueses utilizaram métodos de coerção visando o lucro à Portugal, no processo colonial e para as elites brancas brasileira, dominantes a partir do Império e República.

Desta forma, o Brasil consolidou-se através do suor derramado em forma de exploração e violência aos povos nativos (indígenas) e negros escravizados. Por meio de ações coercitivas impondo um certo padrão cultural a ser seguido, transformou o país em um lugar miscigenado, mas cheio de racismo e preconceito devido a opressão histórica, política e social da colonização portuguesa.

Em vista disso, conhecer a concepção de racismo no Brasil, tendo como referência as características históricas da colonização e da formação do Estado brasileiro, em especial com o uso predominante do trabalho escravo com base em mão de obra africana foi o objetivo central que guiou a escrita deste trabalho.

Dessa maneira, a nossa primeira seção aborda os períodos históricos da colônia e do império do Brasil, que embora tenha um processo de independência no meio, entre Portugal e Brasil tem em comum, o processo escravocrata (1549 – 1888).

Em nossa segunda e última seção nos dedicamos à República proclamada em 15 de novembro de 1889, que “herda” a abolição da escravidão, em sua forma legal, realizada aproximadamente, um ano antes, em 1888, no entanto, o regime republicano não realiza as reformas que deveriam incluir o negro na sociedade e ainda, põe em prática políticas públicas que o marginalizam da sociedade e em todas as dimensões da vida, em flagrante processo de

preconceito, discriminação e racismo (educação, trabalho, saúde, habitação, etc). Além disso, também discutimos a questão da identidade racial das pessoas negras nessa realidade social que estão inclusos.

Logo, os argumentos estão divididos em duas seções no qual a cisão entre ambas se dá na abolição da escravidão em 1888. Veremos como foi o processo escravocrata no Brasil antes da data, marcada por várias atrocidades do homem branco brasileiro/europeu, e como ficou a sociedade pós liberdade dos negros no país, esta última, ainda com a presença do racismo no corpo social de forma velada e estrutural e que influencia a naturalização do mesmo.

2 DA COLÔNIA BRASILEIRA AO IMPÉRIO ESCRAVAGISTA

Nesta primeira seção inicia-se os argumentos sobre a formação social e política do Brasil com o uso, pelos portugueses colonizadores, da mão de obra nativa, indígena e dos negros africanos escravizados.

O país se formou por meio desses povos, principais, contudo, os colonizadores portugueses utilizaram métodos de coerção visando o lucro à Portugal, no processo colonial e para as elites brancas brasileira, dominantes a partir do Império, República.

Desta forma, o Brasil consolidou-se através do suor derramado em forma de exploração e violência aos povos nativos (indígenas) e negros escravizados. Por meio de ações coercitivas impondo um certo padrão cultural a ser seguido, transformou o país em um lugar miscigenado, mas cheio de racismo e preconceito devido ao seu histórico político e social acarretado pela colonização portuguesa.

2.1 Do período colonial

A formação sociocultural do Brasil começou a dar os primeiros passos com a criação das Capitânicas Hereditárias em 1532, no qual os donatários ficaram responsáveis pela administração de seus espaços. Esse foi o início das tentativas de colonização, em que a Coroa Portuguesa tinha como um dos principais objetivos, o lucro. (FAUSTO 2006)

Os índios foram os primeiros a serem escravizados no Brasil. Os portugueses chegaram ao novo território, e este lugar já era habitado por outra população. As primeiras negociações entre os povos ocorriam através de trocas, os lusitanos recebiam o pau-brasil e os índios ficavam com bijuterias e utensílios de zero valor para os portugueses. Eram os próprios nativos quem cortavam e levavam a madeira para o homem branco, uma vez que, essa matéria prima era utilizada para corantes e móveis devido à sua resistência e cor.

Posteriormente a isso, no decorrer das capitânicas hereditárias, os conflitos iniciaram entre os dois povos, o homem branco começou a tomar o novo território e os índios entraram em conflito por consequência disso. Devido às ferramentas e armas de fogo que os nativos não possuíam, a escravidão indígena começava. Porém, os nativos não tinham o costume do trabalho forçado, pois sobreviviam apenas da caça e pesca já que os recursos eram abundantes no território, por isso acarretava em revoltas e conflitos com o homem branco.

Com a criação do Governo Geral em 1549, o processo de colonização se dá início no Brasil, e como resultado, o trabalho compulsório dos indígenas aumentam significativamente. Nesta perspectiva:

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, constituiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. (FAUSTO, 2006, p. 49).

Desse modo, duas formas de sujeição indígena ficaram presentes no histórico do país, a primeira, a escravização pura desses povos e a segunda com a catequização dos mesmos. E por citar catequização, nos referimos automaticamente aos padres jesuítas que vieram para o Brasil com a criação do Governo Geral.

Os jesuítas chegam ao Brasil com o propósito de trazer a humanização para os povos bárbaros do novo território. Vinham com o objetivo de ensiná-los sobre a verdadeira religião, sobre o único Deus e com os verdadeiros modos de se comunicar e agir. Nesta questão, a catequização dos indígenas constituiu um processo de doutrinação por parte dos padres pois se achavam os únicos proprietários da verdade.

Com foco nas plantações de cana-de-açúcar, os proprietários de terras careciam cada vez mais de mão de obra para o trabalho. Além dos índios não se adaptarem ao trabalho coercitivo em massa dos portugueses, “outro fator que colocou em segundo plano a escravidão dos índios foi a catástrofe demográfica.” (FAUSTO, 2006, p. 50). Os nativos brasileiros não tinham imunidade para as várias doenças que o homem branco trouxera para a região, e desse modo, ocorreram mortes em massas desses povos em razão da pouca resistência imunológica que tinham. Arraigado a isso e ao fato de a igreja repreender a escravidão indígena devido à catequização deles, os colonos foram obrigados a mirar em uma nova mão de obra para esse trabalho, o negro africano.

Os negros foram os grandes povoadores da região, uma vez que ocuparam todos os espaços geográficos com sua força de trabalho. Estavam presentes nos trabalhos que geravam lucros para a Metrópole e não usufruíam em nada das produções. Restritos de liberdade, autonomia e independência, os povos africanos também não podiam expressar sua cultura e religião.

Segundo Santos (1985):

Para ter o africano como escravo, era preciso lhe suprimir a cultura – a alma – transformando-o em bicho ou coisa. Tiravam-lhe o nome tribal, impunham-lhe outro, português; proibiam-lhe a religião ancestral, forçavam-no a aceitar a de Cristo. Como

isso não bastasse, os escravistas completavam o serviço com a pauleira. (SANTOS, 1985, p. 8).

Dessa maneira, expostos a uma nova cultura em que tinham que seguir, estavam proibidos de falar seu idioma original e cultuarem seus deuses. No novo território, tinham apenas que trabalhar, aprender a falar o português e acreditar na religião católica europeia até então vigente. Assim, a escravidão se perpetuava no Período Colonial e posteriormente a ele, concepções racistas e preconceitos fixavam-se no corpo da sociedade.

A educação na colônia ficava sob responsabilidade dos padres jesuítas. Tinham dois públicos para esse processo de ensino, os instruídos que eram os filhos de colonos e os catequizados que eram os indígenas. Dessa maneira, a educação dos filhos dos senhores na época era voltada para uma questão mais religiosa e teológica, centrada principalmente no contexto europeu, e já os índios, tinha como dever apenas aprender sobre a religião dos homens brancos dominantes.

Não tinham uma organização específica para a educação das crianças da colônia e devido isso, os jesuítas ficaram responsáveis pelo ensino dos pequenos. Desse modo:

A instrução da educação escolarizada só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes) que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais. (RIBEIRO, 1992, p. 22).

A educação da colônia acontecia conforme os interesses da metrópole sobre a região. Isso ocorreu porque Portugal precisava de uma nova massa de controle devido o desenvolvimento da Colônia e viram nos descendentes dos colonos a solução. Dessa maneira, os padres jesuítas educaram a elite colonial brasileira e submeteram os índios ao processo de catequização, uma vez que, o ensino dos nativos era focado apenas nesse aspecto e a educação feminina tinha como base apenas os modos e boas maneiras.

A catequização dos indígenas também tinha como característica o controle. Os nativos brasileiros ficavam dóceis devido à educação oferecida pelos padres já que tinham o objetivo de deixar as coisas mais fáceis para o uso de sua mão-de-obra forçada. Esse controle por meio da catequização forçada, se constituía uma grande ferramenta para manipular os povos indígenas sobre as concepções de trabalho impostas pelos portugueses.

A igreja exercia um papel significativo em Portugal uma vez que não havia uma separação entre ela e o estado, esses dois poderes atuavam juntos. Nesta perspectiva:

[...] Ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. (FAUSTO, ano, p. 60).

Isso posto, a situação da metrópole se refletia concomitantemente na colônia pois seguia os mesmos preceitos. A igreja estava conectada com o Estado e as pessoas tinham que ser católicas. Dessa maneira, a educação das crianças brancas era rigorosa, já que havia um grande controle da igreja sobre tudo o que era passado e estudado pelos pequenos. Esse processo educativo iria formar cidadãos católicos aptos para a vida na colônia.

A divisão de classes na colônia acontecia da seguinte maneira, tinha-se os “sanguess puros”, os brancos dominantes da época; os índios, no qual também sofreram com os horrores da escravidão, porém, a igreja protestava contra a sua coerção devido ao processo de catequização; e tínhamos os negros, no qual:

[...]Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. “Boçal” era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; “ladino”, o que já estava relativamente “adaptado”, falando e entendendo o português; “crioulo” era o nascido no Brasil. (FAUSTO, 2006, p. 69).

Percebe-se através da citação anterior, que os negros eram classificados de diferentes formas dependendo do seu lugar de origem e adaptação. O “boçal” era o negro trazido da África no qual não tinha acesso aos novos costumes e fora obrigado a se adaptar coercitivamente, o “ladino” era o negro africano já exposto a nova cultura e adaptado à língua portuguesa, falando fluentemente, e por fim, o “crioulo” nascido dos africanos presentes na região.

Contudo, a sociedade fazia outra divisão com os africanos e os afro-brasileiros, se caracterizava através de sua cor de pele. Quanto mais negro fosse, o escravo ficaria com os trabalhos pesados, e quanto mais claro fosse, seria responsável pelos trabalhos domésticos da casa-grande, e assim, o “boçal” e o “ladino” sofriam com os trabalhos braçais das fazendas e os “crioulos” eram destinados as atividades domésticas da casa.

A escravidão foi um processo que penetrou todo o corpo social, pois era enraizado nas práticas das pessoas dominantes fazendo com que toda a população da colônia quisesse um para posse. Logo, “o desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades” (FAUSTO, 2006, p.69). Se constituiu um fator cultural perpassando e conservando práticas racistas e preconceituosas presentes até os dias atuais.

Sem data específica de quando as plantações de cana-de-açúcar iniciaram no Brasil, no período colonial era um dos principais produtos para geração de lucro para a coroa. Os senhores

de engenho investiam bastante nas plantações e como reflexo desse investimento, careciam de trabalhadores para as grandes fazendas, assim, os negros africanos foram escravizados para cumprir esse trabalho.

O açúcar que antes era uma especiaria, começou a ganhar a Europa quando foi se tornando popular, dessa maneira a carência pelo produto aumentou significativamente e o Brasil se tornou um dos principais exportadores dessa mercadoria. Em consequência disso, “[...] foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana.” (FAUSTO, 2006, p.79). Como os negros ainda estavam em pequena escala na colônia, com a demanda de mão de obra para as grandes fazendas de engenho, o tráfico de escravos aumentou gradativamente.

Como a produção econômica se concentrou no “Norte” (Nordeste), pois o clima era mais favorável para as plantações e também mais próximos dos países europeus favorecendo as trocas e exportações, o destino dos escravos se direcionaram para essa localidade. Não se sabia ao certo o número total de negros escravizados nesse período e nem o número exato de pessoas que viviam na colônia, assim:

Basta dizer que em 1586 as estimativas davam uma população de cerca de 57 000 habitantes – e deste total 25 000 eram brancos, 18 000 índios e 14 000 negros. Segundo cálculo de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3 250 000 habitantes, havia um total de 1 582 000 escravos, dos quais 221 000 pardos e 1 361 000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406 000. (MOURA, 1992, p. 9).

Mesmo com essas estimativas pouco precisas por causa da falta de registros da época, percebe-se que o número de negros aumentava gradativamente na medida que as plantações ganhavam força. Os negros que cruzavam o atlântico para o território brasileiro, chegavam na região sabendo que não tinha volta e que seriam tratados e submetidos de maneiras cruéis pelo homem branco.

Nesta perspectiva, a relação Brasil-colônia se organizava com base em relações de submissão, a Colônia era submissa à Metrópole e todo o corpo social desenvolvia esse processo de relação, temos a burguesia com o povo, o homem com a mulher e os donos de escravos com os escravos. Forma-se então, um processo de opressão com as pessoas no qual se engloba na sociedade.

Com a descoberta de jazidas em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia, a corrida pelo ouro caracterizou a fase de mineração no século XVIII. Portugal estava em desvantagem com a Inglaterra por causa do Tratado de Methuen, em que tinha-se a divisão do país agrícola lusitano com a industrializada Grã-Bretanha. Nessa perspectiva, a extração de jazidas da colônia

equilibrou a situação do país português e assim iniciou as tentativas de restringir a posse e o acesso das pessoas às regiões de extração de minérios.

Os escravos foram os mais afetados com essa situação, uma vez que quando acabaram a extração dos rios foram forçados a encararem as minas do território brasileiro. Desse modo, “o negro escravo em Minas Gerais, por questões particulares, sofre as mais violentas formas de controle no trabalho, é vigiado diariamente” (MOURA, 1992, p. 13). Isto posto, os negros são submetidos as diversas formas de punições quando fugiam ou se rebelavam, já que a vigilância por causa das jazidas preciosas era frequente.

Por causa da descoberta de ouro no território, “o número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar” (FAUSTO, 2006, p. 102). Essa crise ocorreu devido ao deslocamento da população da Metrópole para a região sul do território, se concentrando em São Paulo e no Rio de Janeiro, em consequência disso, os negros africanos foram forçados a encararem o novo território na busca de jazidas para satisfazer os cofres de Portugal.

Ainda no século XVIII, a crise do sistema colonial surgia na medida que as grandes potências da Europa começavam a mudar a forma de mercado que utilizavam. Isto posto, a França põe fim a era do Antigo Regime através da Revolução Francesa e a Inglaterra sofre com uma revolução silenciosa ocasionando na Revolução Industrial. Dessa forma:

A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. (FAUSTO, 2006, p. 108).

Com a citação anterior, temos o país britânico se tornando a maior força econômica da época e difundindo um novo modelo de mercado que se contrapõe aos modelos escravagistas utilizados no território americano, em consequência disso, o sistema colonial é afetado por essa potência e também da França que queria a limitação e o fim dos métodos escravagistas.

Ainda assim, com a ascensão de Marquês de Pombal como ministro na metade do século XVIII, acarretou na expulsão dos jesuítas tanto na Metrópole lusitana quanto na Colônia brasileira, isso, com a justificativa de que os religiosos estavam criando um “Estado dentro de um Estado” (FAUSTO, 2006, p.111) e tiveram seus bens confiscados em ambos os territórios. Além disso, o Marquês temia uma elite letrada na Colônia e dessa maneira leiloou as grandes

propriedades dos padres para fazendeiros e comerciantes e os espaços educacionais eram cedidos para políticos.

Tentativas revolucionárias também estavam nascendo no território brasileiro, entre elas temos as revoltas dos negros contra a escravidão, a Inconfidência Mineira e a Conjuração dos Alfaiates de 1798.

As primeiras revoltas iniciaram-se com a invasão dos holandeses na Colônia por volta de 1624. Os negros aproveitaram as chances que surgiram por causa dos conflitos contra os invasores e fugiram dos latifúndios. Essas fugas possibilitaram a criação de vários quilombos no Nordeste, um lugar seguro para os negros e também para todas as pessoas que buscassem por ajuda.

Desse modo:

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu. Estabelece uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema que oprimia o escravo, e se constituía numa unidade permanente e mais ou menos estável na proporção em que as forças repressivas agiam menos ou mais ativamente contra ele. (MOURA, 1992, p. 25).

Palmares, o maior quilombo criado na região brasileira nasceu por causa dessas fugas. Dividido em vários povoados, tinha como principal líder Ganga Zumba (Grande Chefe) e sofreu vários ataques dos portugueses e dos senhores de engenho que tinham o objetivo de recuperar suas posses. Depois da expulsão dos holandeses, seus olhos focaram nos negros dos quilombos e fizeram várias expedições tentando acabar com aquela resistência.

E eis que surge Francisco, nascido em 1655, criado por um padre e ensinado a ler e a escrever pelo mesmo. Ao completar quinze anos ele foge para Palmares e adota o nome que todos conhecem atualmente como Zumbi dos Palmares. Devido as instruções que o padre lhe dera, ele se tornou sobrinho de Ganga Zumba por causa do prestígio de saber “as coisas de branco” e se tornou um dos maiores símbolos de resistência no país. (SANTOS, 1985)

A segunda revolta foi planejada pela elite brasileira no qual estava indignada com os altos impostos da Metrópole, assim, tentativas de revoltas começaram a surgir entre fazendeiros e comerciantes, porém, alguns estudantes da revolução assim como alguns membros da elite pediam a proclamação da república e também a libertação dos escravos. Isto posto, nitidamente gerou atritos entre a elite brasileira que era sustentada pelo trabalho escravo e resolveram a divergência com um acordo que apenas os escravos nascidos no território seriam libertos, porém, os planos de revolta não se sucederam pois foram presos e punidos com a morte, alguns

receberam o banimento mas Tiradentes foi condenado à forca e esquartejado por ter assumido as ideias.

A terceira revolta diz respeito à Conjuração dos Alfaiates de 1798, esta, sendo constituída principalmente de membros de cor e da classe popular. Desse modo, “os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição dos padres contrários à liberdade” (FAUSTO, 2006, P.119). Assim como a inconfidência mineira, os envolvidos foram presos e condenados, os dessa revolta tiveram uma pena mais pesada, levando em conta principalmente a questão social e racial. Essa revolta se tornou simbólica, sendo umas das primeiras expressões realizadas pela classe popular.

A situação da Colônia teve mudanças com a vinda da Coroa Portuguesa para o território brasileiro. Assim, todo um aparelho político e burocrático foi movido para o Brasil devido a invasão das tropas francesas lideradas por Napoleão na área lusitana. Após a chegada da Coroa, Dom João decretou a Abertura dos Portos em 28 de janeiro de 1808 para as “nações amigas”, entre aspas, porque se referia principalmente a nação britânica, Inglaterra, na qual foi a grande beneficiária da situação.

A política britânica estava dando preocupações para os comerciantes da colônia, já que combatiam a escravidão. Ainda assim:

Pelo Tratado de Aliança e Amizade, firmado por Portugal e Inglaterra, junto com o Tratado de Navegação e Comércio, em 1810, a Coroa portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e prometia vagamente tomar medidas para restringi-lo. (FAUSTO, 2006, p. 124).

Segundo a citação acima, a Colônia ainda tentava manter a posse de escravos e a utilização dos mesmos em atividades forçadas uma vez que sua economia girava em torno deles. Dessa maneira, foram obrigados a restringir o tráfico devido à influência da Inglaterra, pois estava firme no combate da escravidão.

Com a vitória dos ingleses contra as tropas de Napoleão, ocorreu em 1815 o Congresso de Viena no qual o governo português assinou o acordo que diminuiria o tráfico de escravos ao norte do equador. O acordo vinha com uma cláusula em que a Inglaterra tinha o direito de apreender navios suspeitos em autor mar, dessa maneira, surgia uma disputa entre o Brasil que aumentou significativamente o tráfico de escravos a partir de 1820 contra a vigilância dos ingleses em alto mar no século XIX.

A presença da corte portuguesa trouxe mudanças para o país. As pessoas se deslocaram para o centro do Rio de Janeiro onde os nobres residiam, e com isso, a cidade começou a evoluir.

Com o aumento da população, a criação de museus, bibliotecas e teatros eram frequentes, os jornais também começaram a surgir, porém, tudo que era publicado passava pelas mãos da coroa no qual checavam se os argumentos da imprensa respeitavam seus ideais e os bons costumes do cidadão. (FAUSTO, 2006).

Nesta perspectiva, eclodiu a Revolução Pernambucana em 1817 devido aos descontentamentos da população com a corte portuguesa. A presença da coroa não fez com que priorizasse a Colônia e os interesses dos portugueses estavam em primeiro lugar, dessa maneira, a classe popular assim como a classe dominante começaram a se mover na região nordestina buscando por apoio e mudanças. Ambos os lados tinham divergências de objetivos, a classe popular queria igualdade e subir de nível social e a classe dominante lutava contra a centralização da coroa portuguesa no comércio.

Em 7 de setembro de 1822 é proclamada a independência do Brasil da metrópole, Portugal. Dessa maneira, Dom Pedro I é coroado Imperador e o país entra em atritos devido à posse de um português no poder. Com a posse do mesmo, o país começa a se desenvolver e se faz necessário a criação de uma Constituição, ainda assim, a posse de escravos ainda era utilizada para atividades envolvendo trabalho forçado, e mesmo com o deslocamento da população para os centros urbanos, as oportunidades de empregos se resumiam a trabalhos domésticos e até a prostituição. (FAUSTO, 2006).

2.2 Do período imperial

Após a proclamação da independência, ainda ocorria conflitos no território brasileiro devido a alguns portugueses que permaneciam na região. Com a junção das tropas brasileiras com o objetivo de expulsá-los, em 2 de julho de 1823 as tropas lusitanas foram forçadas a se retirarem da nação.

Os Estados Unidos reconheceram a independência do país em 1824, mas implicitamente já havia um reconhecimento da Inglaterra com a antiga colônia, já que tinham o interesse de manter a ordem naquela região. Como os ingleses queriam o fim do tráfico de escravos, e manter suas vantagens comerciais, o Brasil acabou se tornando o seu terceiro maior mercado externo.

A primeira constituição surgiu em 25 de março de 1824, depois de vários atritos políticos envolvendo a disputa de poderes. Vale ressaltar que

A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao “povo”, embora devamos entender por “povo” a minoria de brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política. (FAUSTO, 2006, p.149).

Os escravos não estavam inclusos nos parágrafos daquele sistema Legal, com exceção de alguns negros libertos. Contudo, no campo dos direitos individuais, se constitua uma questão bastante relativa pois viviam em um período em que a economia dependia dos grandes proprietários rurais, no qual havia apenas uma pequena gama de pessoas letradas.

Ocorreu o surgimento do Senado e Câmara, e seus componentes eram escolhidos por meio de votação. Os aptos para as votações seriam as pessoas que possuíssem 100 mil-réis em bens e imóveis e os aptos para serem candidatos seriam as pessoas com mais de 200 mil-réis em imóveis, estes, sendo vetado a participação dos negros libertos nas vagas.

Desta maneira, “[...] o surgimento da nação brasileira, impunha exigências à organização educacional.” (RIBEIRO, 1992, p. 45). O grupo dominante colonial tinha a ideia de um “sistema nacional de educação”, contudo, o que ficou explícito na Constituição era a garantia de uma educação por base na liberdade e segurança de todos os cidadãos.

O sistema de ensino era bastante rígido com os alunos, devido à falta de professores, eles utilizavam um sistema de monitoria no qual os alunos mais eficientes ensinavam os que ainda não dominavam o assunto. Isso acontecia sob vigilância dos inspetores que puniam ou premiavam aqueles que tivessem um bom resultado. Contudo:

[...]Como a sociedade brasileira manteve sua base escravocrata, a clientela já se reduzia aos filhos dos “homens livres”. A opção monárquica, por seu turno, com seus padrões aristocráticos, quando muito exigia a ampliação ou “popularização” do nível elementar. (RIBEIRO, 1992, p. 46).

Dom Pedro I se abdicou do trono em 7 de abril de 1831 devido aos vários acontecimentos ocorridos na ex-colônia. Entre eles, temos algumas revoltas ocorridas no Nordeste, principalmente em Pernambuco; a guerra entre o Brasil e a Argentina pela posse do país conhecido atualmente como Uruguai; e as diversas insatisfações do exército e da elite brasileira com os portugueses que ainda ocupavam cargos de alta patente e temiam que o país voltasse a ser dependente de Portugal.

Com a volta de Dom Pedro I para Portugal, o país ficou sob comando dos regentes até que Dom Pedro II atingisse a maior idade para assumir o posto. O período de 1821 à 1840 foi marcado por grandes turbulências e implementação de várias reformas institucionais, desse modo, “as reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de suprimir ou diminuir

as atribuições de órgãos da Monarquia e criar uma nova forma de organização militar , que reduzisse o papel do Exército” (FAUSTO, 2006, p. 162).

Os regentes estavam bastante preocupados com a situação militar do país, principalmente com o posicionamento dos comandantes devido às grandes insatisfações. Além disso, várias revoltas aconteceram no Norte e Nordeste, entre elas temos a Cabanagem originada no Pará; A Sabinada na Bahia; e a Balaiada Maranhense. Essas revoltas tinham a participação da população e também a presença de negros e índios nos confrontos.

Ademais das revoltas ocorridas no Norte e Nordeste, neste mesmo período a Guerra dos Farrapos se iniciava no Rio Grande do Sul contra o Governo. Dentre as causas, estavam a insatisfação com os pesados impostos, acarretando também em reivindicações de autonomia contra o governo.

Assim sendo:

[...] Estas lutas representavam choques entre grupos, com fundamento mais econômico que político. As províncias apresentavam interiormente desavenças em cada região, e um dos grupos acabava por apoiar o poder central, quando este lá se fazia presente para reprimir a rebelião. (RIBEIRO, 1992, p. 50).

Nesta perspectiva, as várias desavenças surgiam principalmente pelo fator econômico. Assim, Pedro II assume o trono em julho de 1840 devido às pressões dos liberais de antecipar sua maioridade penal. Os dois partidos presentes nessa época, os conservadores e os liberais, tinham algumas divergências, contudo, defendiam seus interesses baseados nos círculos de amizade. Segundo Fausto (2006), alguns historiadores acreditam que não haviam uma diferença de objetivos entre os dois, mas tinham clientelas opostas.

O Estado fazia medidas para manter o país centralizado, mas os partidos políticos nessas questões eram bastante divergentes. Os conservadores compostos de proprietários rurais e burocratas do governo almejavam a centralização do poder e os liberais também compostos de proprietários rurais e profissionais liberais buscavam a descentralização do poder. Iniciava-se assim, as discussões sobre a república.

Com a decadência da mineração, o país entrou em uma grande crise econômica no século XVIII, e só a partir de 1840 que os lucros começaram a beneficiar os grandes produtores. Deste modo, o café se torna o foco da exportação, sendo que todas as plantações aconteciam por meio do *plantation*, força de trabalho escravo.

As grandes plantações influenciaram a economia do Império, se tornando o principal produto de exportação do Brasil. A partir do crescimento econômico, o país se desenvolveu

nos grandes centros urbanos devido ao investimento do governo em ferrovias e portos para a exportação dessa mercadoria.

Segundo Fausto (2006), a escravidão ainda movia o Brasil nessa época cafeeira. Em 1831 sancionaram uma lei que proibia o tráfico de escravos no país e todos que fossem trazidos para a região ilegalmente seriam libertos a partir desta data. Porém, a realidade era bem divergente, essa lei ficou conhecida como lei “para inglês ver” e não surtiu nenhum efeito no tráfico de escravos, mesmo quando eram denunciados, a classe dominante achava um jeito de livrar os sujeitos das penalidades.

A partir desse período, a Inglaterra botou uma grande pressão nos navios negreiros que vinham da África e considerou de piratas todos que vinham ilegalmente de lá. Esse ato ficou conhecido como “Bill Aberdeen”, e o país britânico agiu afundando várias embarcações tendo como objetivo de acabar com o tráfico de escravos. Isso aconteceu porque o Brasil não estava cumprindo com o acordo discutido e nem pretendia renová-lo posteriormente.

Dessa maneira, uma nova lei foi mandada para o Ministério da Justiça e fora aprovada em setembro de 1850, esta, reforçando a lei estipulada em 1831. Desta vez, esta lei surtiu o efeito proposto, contudo, não pelas regras impostas por ela. A Inglaterra ainda botava pressão no Brasil, chegando até a invadir seus portos e trocar tiros com a população brasileira na região Sul do país. Devido às crises que estavam acontecendo entre o Brasil e a Argentina, a ex Colônia diminuiu o tráfico de escravos visando a proteção dos britânicos nos atritos que surgiam.

Assim sendo:

Após a tomada de medidas efetivas de combate ao tráfico, a escravidão estava destinada a acabar. Os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução, ficando na dependência do fluxo das importações. Estancadas as importações, o número de cativos tendia a tornar-se insuficiente. Além disso, o fim do tráfico constituía um divisor de águas, do ponto de vista político e ideológico. Se o Brasil tornava ilegal a importação de escravos, a manutenção do escravismo no país perdia legitimidade. (FAUSTO, 2006, p. 196).

De acordo com a citação anterior, as medidas tomadas contra o tráfico de escravos estavam surtindo um certo efeito, o que fez o número de importações dos negros vindos da África diminuir. Os problemas surgiram com a falta de escravos nos grandes engenhos, e como uma solução, o deslocamento dos negros no Nordeste começava a acontecer, grandes deslocamentos ocorreram por terra e por mar para a região centro-sul do país.

A escravidão ainda se fazia presente nas grandes fazendas produtoras de café, contudo, esses proprietários procuravam outras formas para substituir a mão-de-obra escrava. A partir deste ponto, vários povos europeus entraram no país devido aos vários incentivos. Preocupados

com os problemas relacionados à mão-de-obra, e influenciado pela classe dominante, diversas medidas foram feitas para atrair o público europeu, principalmente os italianos para as lavouras de café.

Os alemães foram os primeiros a imigrarem para São Paulo, mas devido às condições de trabalho, as restrições e a infraestrutura, algumas revoltas surgiram e várias pessoas retornaram à sua terra natal. Desta maneira, vários panfletos foram divulgados na Europa informando os benefícios de irem trabalhar no Brasil, o que resultou numa grande imigração italiana, influenciada também pela crise no país.

A elite brasileira estava absorvendo as várias ideias que surgiam nos países europeus e tentaram pôr em prática esses ideais aqui. Surge então os discursos do liberalismo e de como seria benéfico a consciência e liberdade do povo. Isto posto:

Liberais e cientificistas (positivistas) estabelecem pontos comuns em seus programas de ação: abolição dos privilégios aristocráticos, separação da Igreja e do Estado, instituição do casamento e registro civil, abolição da escravidão, libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel como esposa e mãe e crença na educação enquanto chave dos problemas fundamentais do país. (RIBEIRO, 1992, p.62).

Estas situações sucederam por causa das transformações ocorridas na sociedade, estavam saindo de um modelo agrário exportador para um modelo urbano comercial. A questão da liberdade ganhou grande destaque principalmente no contexto educacional, vários pesquisadores queriam um ensino que tivesse capacidade de expor suas ideias sem nenhuma doutrina ou interferência.

O Segundo Reinado entrava em declínio devido à vários fatores, entre eles, temos o atrito entre o Império, a Igreja e o exército. Este último se tornou bastante independente por causa da Guerra do Paraguai em que tiveram que lutar por conta própria sem a ajuda da elite e do governo. Além desse fato, presenciava-se as mudanças socioeconômicas na sociedade, principalmente em relação às formas de trabalho no qual os proprietários de terras tiveram que buscar na imigração, a alternativa para suprir a mão-de-obra escrava, já que haviam vários movimentos apoiando a abolição da escravidão.

A escravidão é abolida em 13 de maio de 1888, assim:

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte

imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio, propenso ao crime; mas útil quando subserviente. (FAUSTO, 2006, p. 221).

Desta maneira, vemos que apesar da abolição da escravidão o povo negro passou por diversas situações desiguais a partir deste período. Com a população cercada de preconceitos contra sua pessoa, as oportunidades de trabalho ficaram escassas e foram substituídas quase completamente pela força de trabalho dos imigrantes. Neste sentido, foram forçados a fazerem trabalhos pesados nos centros urbanos e nas grandes fazendas de produção.

A queda da Monarquia aconteceu em 15 de novembro de 1889. Entre os vários fatores para esse acontecimento, temos: “a disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição” (FAUSTO, 2006, p. 236). Além disso, os atritos com o exército influenciaram as revoltas contra o império, e juntando com os grandes fazendeiros insatisfeitos com a abolição dos escravos, o golpe contra o regime sucedeu.

3 DA REPÚBLICA GOLPISTA E MISCIGENADA

Esta segunda seção está dividida em dois tópicos, no primeiro vamos continuar os argumentos sobre os acontecimentos históricos do Período Republicano e no segundo, nos aprofundaremos no mito da democracia racial, isto é, na lógica do racismo brasileiro, no qual influencia diretamente a identificação racial das pessoas negras.

3.1 Do período republicano

A passagem do Império para a República é marcada por diversas controvérsias, jogos de poder e conflitos ideológicos envolvendo as principais províncias do período: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, temos a movimentação do exército que queria mais liberdade em comparação com a do período monárquico.

Com o país sendo governado pelos militares provisoriamente, em 24 de fevereiro de 1891 surge a primeira Constituição Republicana. Esta foi sancionada devido as preocupações do país entrar em uma ditadura militar, por causa do exército no controle e na gestão do poder central. Este parâmetro Legal estabeleceu os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e deveriam atuar “harmônicos e independentes entre si”. (FAUSTO, 2006.)

A primeira Constituição republicana, brasileira estipulou legalmente a garantia da liberdade e segurança dos cidadãos. A Igreja e o Estado foram separados, a liberdade religiosa foi “garantida”, entre aspas, porque os beneficiários eram os imigrantes europeus que, em grande parte, não eram católicos; contudo, as religiões de matrizes africanas foram proibidas de funcionarem, pelo Código penal, de 1890. Além disso, ficou decidido que, em quatro em quatro anos ocorreriam eleições para a Presidência da República, e ainda, ficando implícito na constituição, a inclusão das mulheres nesta decisão, todavia, não implementada¹.

Os primeiros anos da República foram marcados por grandes incertezas. Não estavam sabendo lidar com a nova forma de organização do governo e por isso constituía-se um período bastante controverso. Nesta perspectiva, esse período também foi referenciado por distintos

¹ As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. Vargas chefiava o governo provisório desde o final de 1930, quando havia liderado um movimento civil-militar que depôs o presidente Washington Luís. Uma das bandeiras desse movimento (da Revolução de 1930), era a reforma eleitoral. O decreto também criou a Justiça Eleitoral e instituiu o voto secreto. Em 1933, houve eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e as mulheres puderam votar e serem votadas pela primeira vez. A Constituinte elaborou uma nova Constituição, que entrou em vigor em 1934, consolidando o voto feminino – uma conquista do movimento feminista da época. (<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html>) Acesso em 16.06.2022.

historiadores, por outros nomes conhecidos em nossos estudos: Primeira República ou República da Espada; República Oligárquica; República dos Coronéis e, a mais conhecida: República do Café-com-Leite.

Desta maneira, a República Oligárquica recebeu esse nome por ação da classe dominante no poder. Os principais estados influentes, já citados anteriormente, revezavam as indicações e as candidaturas políticas aos governos do país. A República dos Coronéis refere-se à grande dominância local, dos coronéis, principalmente no Nordeste, que chefiavam vários municípios e influenciavam os indicados às votações dos prefeitos. A República do Café-com-Leite relaciona-se à posse e alternância de presidentes da República, entre São Paulo e Minas Geras, por aproximadamente, três décadas, no Brasil (1890 – 1930).

A República dos Coronéis exerceu uma extensa dominância nos municípios que prolongavam atividades trabalhistas análogas à escravidão, nas grandes fazendas. Nesta perspectiva, com base em uma história real, o filme *Besouro*, de 2009, dirigido por João Daniel Tikhomiroff, narra e dramatiza a história do personagem baiano, Besouro, em sua luta contra as injustiças com povo negro no território de Salvador – BA, mais precisamente no Recôncavo Baiano, na década de 1920. Neste filme é explicitado as formas de trabalhos forçados que as pessoas negras eram submetidas e a marginalização de suas expressões artísticas (a exemplo da capoeira) e religiosas (a exemplo do candomblé, a umbanda, entre outras). Vale a pena ressaltar essas questões, porque não fazia nem 40 anos da abolição da escravidão (1888), e as pessoas negras ainda eram tratadas e viviam como escravas nessas fazendas. Era evidente que os afrodescendentes não estavam nada inclusos na sociedade republicana e sofriam o preconceito por suas características afro-brasileiras, sendo o principal ponto de referência, a cor da pele.

Isto posto, o café continuou sendo o maior produto exportado do Brasil, e por ser um grande gerador de lucro, trouxe diversos conflitos políticos e econômicos. A divergência de objetivos entre alguns presidentes e os grandes cafeicultores provocaram alguns atritos no período, assim, “três presidentes provenientes de São Paulo – Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luis – desagradaram ao setor cafeeiro ou se chocaram com ele.” (FAUSTO, 2006, p. 273-274), abrindo espaço para novas articulações a própria “Revolução” ou Golpe civil-militar, de 1930.

A educação na primeira República tinha grandes índices de analfabetismo. Como no final do Império havia o predomínio das ideias positivistas, no início da República essas ideias e práticas começaram a falhar, porque a Europa já tinha deixado esses ideais do positivismo para trás e substituiu por outras perspectivas. Mas o Brasil estava importando esses pensamentos, e entrou em dificuldades sobre qual teoria seguir no ambiente educacional, assim,

“[...] em 1920, 65% da população de quinze anos e mais era analfabeta.” (RIBEIRO,1992, p. 74).

No período de 1908 a 1930, incentivado pelo Estado para substituir a mão de obra negra, o fluxo de imigrantes aumentou significativamente nos portos do país. Os italianos, japoneses, portugueses, espanhóis e judeus se direcionaram para as lavouras de café e para os centros urbanos em desenvolvimento. Porém, em razão da precariedade das formas de trabalho nas grandes fazendas, análogas à escravidão, várias pessoas retornaram aos seus países de origens.

O Tenentismo foi um movimento que tinha como objetivo diminuir a influência das grandes oligarquias na República. Existe uma diferença neste movimento, antes de 1930, os oficiais entravam na política pois se revoltavam contra as atitudes do governo em relação à República e, depois de 1930, quando entravam em choque de interesses com o inicialmente aliado, Presidente Getúlio Vargas.

A tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930, marca o fim da República Velha ou República do Café-com-Leite. Desta maneira “caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os ‘carcomidos da política’, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.” (FAUSTO, 2006, p. 327). Assim, presenciava-se uma mudança no cenário político e também na elite dominante.

Neste contexto, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi expresso em março de 1933. Este, queria uma mudança nas formas de ensino, principalmente em relação à sua organização e obrigatoriedade no país todo. O ensino deveria ser para todos sem a distinção de sexo e com o mesmo conteúdo comum. Objetivavam uma autonomia tanto técnica quanto administrativa, sem a interferência ou pressões de fora devido a outros interesses. O conteúdo deste manifesto pode ser visto como o primeiro documento consensual, para se pensar a necessidade de uma lei geral da educação no país, que futuramente (só em 1961), vai caminhar na criação da nossa primeira LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A nova Constituição (segunda Constituição da República brasileira) foi promulgada em 14 de julho de 1934. Deste modo, “no título referente à família, educação e cultura, a Constituição estabeleceu o princípio gratuito e de frequência obrigatória.” (FAUSTO, 2006, p. 352). Além disso, Getúlio Vargas é eleito Presidente da República, em 15 de julho de 1934 por voto indireto e deveria exercer seu mandato até 3 de maio de 1938, devendo ter eleições diretas à presidência, posteriormente.

Entretanto, em 10 de novembro de 1937 ocorre o Golpe de Estado de Getúlio Vargas, que instaura o regime autoritário do Estado Novo. O congresso e a câmara são fechados, vários políticos são presos e os governos dos estados da federação são controlados por interventores.

O país entra em uma ditadura no qual todas as decisões estavam sob comando do intitulado Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

Após quinze anos consecutivos, no poder (1930 – 1945), e oito anos de regime autoritário oficial, a Ditadura Vargas entrava em declínio, a partir de 1945. A entrada do Brasil na II Grande Guerra Mundial e o grande foco nas relações externas, em vez das internas, influenciaram manifestações contra o governo. Percebendo que não tinha mais possibilidades de continuar no poder, Vargas decreta anistia e legalidade à alguns partidos contrários e cria um Ato Adicional, na Carta outorgada de 1937, marcando a abertura das eleições.

Assim sendo, segundo Ribeiro, 1992:

Essas atitudes de Getúlio Vargas, no sentido de aproximação das massas, não para colocar-se como instrumento delas, mas como meio de usá-las em favor de seus próprios objetivos, faz com que a sua renúncia se imponha. Acrescenta-se a isso o fato de ele não ser simpático e nem simpatizar com os Estados Unidos. (RIBEIRO, 1992, p. 117).

Desse modo, a queda do chefe do Estado acontece por causa de um grande jogo político por trás dos panos e em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto através de um golpe de estado que visava a normalidade democrática.

Com o apoio de Vargas, Dutra se candidata à presidência e é eleito por voto popular assumindo o posto de chefe do Estado em 1946. Em 18 de setembro de 1946 é aprovada uma nova constituição (a terceira Constituição republicana), e esta, garante na lei, o direito de voto das mulheres, contudo, apenas para as que exercessem funções públicas. O mandato deste presidente é marcado pela repressão aos comunistas e pela influência dos conservadores.

Mas, nas eleições seguinte, Getúlio Vargas volta ao status de Presidente, no ano de 1951, devido a campanha populista que fizera com os trabalhadores. Sua nova administração é marcada por conflitos, por causa da inflação que aumentou significativamente em comparação com a gestão anterior (Dutra). Essa questão gerou algumas greves que marcou o período, as greves ocorridas em São Paulo, por exemplo, que juntou mais de 300 mil pessoas e a do Rio de Janeiro, com mais de 100 mil pessoas. (FAUSTO, 2006).

As greves influenciaram ainda mais os movimentos para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas desagradando as elites nacionais e internacionais que tinham outros interesses na riqueza brasileira.

Em razão das grandes pressões contra sua gestão, em 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas se suicida com um tiro no coração, deixando uma Carta-testamento² (ver anexo), para entre outras questões, também chocar e influenciar a grande massa.

As informações contidas naquela escrita expõem uma atitude política que visava incentivar a população para a revolta. Ao longo dos parágrafos, Vargas argumentava as pressões que estava sofrendo e alegava que defendia o povo em sua gestão. Nos versos finais do documento ele afirmava que entraria na história com essa ação.

Desse modo, Café Filho assume a presidência e assegura as eleições para outubro de 1955. Em 1956 toma posse o presidente Juscelino Kubitschek. Seu período de gestão foi considerado tranquilo em razão do lema de sua campanha “cinquenta anos em cinco”, o que possibilitou uma aprovação das pessoas. Tivemos aumento da economia, investimentos na infraestrutura e a construção da capital do Brasil, Brasília.

No entanto, Jânio Quadros vence as eleições em 1960 e assume a presidência em 1961. Mas, devido às várias pressões externas por causa da falta de apoio dos políticos e partidos, ele renuncia o cargo em 8 meses, após a sua posse. Surge então um grande jogo político para impedir a sucessão para o vice-presidente: João Goulart, que consegue assumir o posto em 7 de setembro de 1961.

Nesse período democrático, anterior ao golpe de 1964, a educação tinha grandes índices de analfabetismo e havia uma disputa entre a igreja católica e os defensores da escola nova. A Igreja queria escolas particulares que não fossem laicas, objetivando o ensino religioso para as “boas” famílias, já os defensores da escola nova objetivavam o ensino público, laico, pois o estado deveria arcar com os gastos já que os ideais da Igreja não contemplavam toda a gama da população. (RIBEIRO, 1992).

As escolas registraram um aumento significativo na entrada de estudantes em comparação com os anos anteriores, porém, o analfabetismo continuava presente e com altos índices. Deste modo, a década democrática de 1955-1965 demonstrava um crescente no investimento da educação, tanto que o Ministério da Educação ficou em 4º lugar na lista de prioridades do governo.

Assim sendo, quanto a estrutura do ensino deste período democrático:

(...) manteve as etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginásial de quatro anos, com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; ensino colegial de três anos, subdividindo em secundário, comercial, industrial, agrícola e normal, e o ensino superior. (RIBEIRO, 1992, p. 149).

² Nesta questão, o leitor poderá conferir esta Carta-Testamento em nosso ANEXO – A, ao final do texto. Vale a pena a leitura e percepção da força textual pelo contexto e história daquela época.

Com o aumento da população, a ampliação das escolas tinha que acontecer na medida em que o trabalho nos centros urbanos carecia de pessoas alfabetizadas para desempenhar certas funções. Esta expansão dos centros educacionais fez com que certos ideais se chocassem sobre qual tipo de ensino deveriam oferecer a estes estudantes.

Todavia, em 1964 o Brasil entra em outra ditadura militar, porém, diferente da anterior, os militares queriam ficar de vez no poder (1964 – 1985). Através do autoritarismo, os militares governaram o país por meio da repressão aos opositores, eliminaram-se os partidos políticos deixando apenas dois vigentes, um com a oposição e um dos aliados dos militares: o MDB e a ARENA, respectivamente.

Um dia após à proclamação do golpe, a Universidade de Brasília foi invadida pelos militares, dando exemplo de que todas as formas de oposição seriam combatidas pelo governo. Vários profissionais foram caçados e torturados no decorrer do período com a justificativa de irem contra as decisões e ordem dos militares, “ao final do ano de 1964 havia cerca de 50 000 presos políticos em todo o país [...]” (RIBEIRO, 1992, p. 157).

Outra questão que caracterizou esse regime repressivo, foi a implantação de Atos Institucionais que forçavam a coerção das pessoas às mudanças que o Estado queria. Entre eles, o AI-5 se tornou o mais repressivo, uma vez que:

O presidente da república voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o congresso. Podia além disso intervir nos estados e municípios, nomeando interventores. Reestabeleciam-se os poderes presidenciais para caçar mandatos e suspender direitos político, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. (FAUSTO, 2006, p. 480).

Podemos perceber com a citação anterior que a democracia se afastava cada vez mais do governo militar. Os chamados subversivos (inclusive os democratas liberais progressistas e conservadores), enfim, todas as pessoas contra as atitudes do regime militar estavam sendo caçados em todas as esferas da sociedade.

O direito à greve foi suspenso e qualquer manifestação era reprimida pelas forças armadas. Além disso, a população estava excluída das decisões políticas já que a escolha para presidente era realizada entre os militares e ratificada pelos membros do colégio eleitoral, para dar algo de escolha coletiva.

Com os acontecimentos do quinto ato institucional (AI5):

Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação, a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo. (FAUSTO, 2006, p. 480).

Destaca-se que, com o infarto do Presidente Militar Costa e Silva, em 1969, os ministros militares o substituíram violando a constituição de deixar o vice-presidente assumir o posto. O Brasil então, deu continuidade a seus períodos mais tenebrosos, acirrados com essa junta militar no poder, pois as formas de repressão aos opositores ficaram mais intensas e severas no decorrer dos dias. A tortura, assassinatos e expulsão do país se tornaram frequentes.

Com a insistência da guerrilha interna para tentar derrotar os militares e os movimentos clandestinos de contestação realizados pelos trabalhadores organizados no Brasil e no exterior (exilados), a liberdade política iniciava-se no governo de Geisel, em 1974 e continuou com o seu sucessor, o Presidente Militar João Batista Figueiredo, a partir da 1979. Entre as medidas adotadas no governo deste último, foi a aprovação da Lei de Anistia, em junho de 1979, que com a gradual ampliação desta lei, muitos dos políticos e militantes cassados durante os anos anteriores da ditadura puderam participar da eleição de 1982. Nessa eleição houve a participação de vários partidos, em decorrência da reforma política feita em fins de 1979, que garantiu um sistema pluripartidário.

O movimento operário, que havia se fortalecido, principalmente com a onda de greves no ABC paulista, em 1978 e 1979, conseguiu unificar diversos setores da esquerda e formar o Partido dos Trabalhadores (PT). A ARENA, partido de apoio aos ditadores do exército, deu origem ao Partido Democrático Social (PDS). Do MDB surgiu o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Pode ser citado ainda, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que pretendia manter a herança do trabalhismo varguista. Assim, depois de quase vinte anos, ocorreu as votações livres para governadores e vereadores em 1982. Mas, ainda não para presidente da República.

A liberação política acontecia de forma lenta. Em 1985 José Sarney, que era vice-presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, toma posse do cargo de Presidente da República devido ao afastamento do eleito Tancredo Neves, por causa de seu falecimento em decorrência de complicações com a saúde. No mesmo ano, “[...], a legislação restabeleceu as eleições diretas para a presidência da República e aprovou o direito de voto dos analfabetos, assim como a legalização de todos os partidos políticos.” (FAUSTO, 2006, p. 519).

A nova Constituição foi aprovada em 1988, e esta, mesmo com todos os conflitos envolvendo seus artigos, garantiu o direito das minorias. O Brasil transitou de vez para um regime democrático através desta Constituição, que embora a mudança tenha sido lenta, procurou superar o autoritarismo presente no governo e nas instituições e abriu o espaço para os movimentos, inclusive o movimento negro continuar sua luta no enfrentamento do racismo,

da discriminação e do preconceito. Este tema trataremos em nosso próximo item no qual é necessário questionar a prevalência do mito da democracia racial na história do país.

3.2 O negro no recente período democrático

A partir dos argumentos anteriores, verificamos que o país passou por vários conflitos políticos, divergências de ideias e de ações práticas nas políticas públicas e ainda, ocorreram duas ou três fases no processo histórico do país de ditaduras militares centralizadoras e autoritárias, no regime republicano. Assim, como focamos na questão política, esta seção entrará na questão do mito da democracia racial que foi difundido pela classe dominante e que ainda hoje persiste na crença da sociedade atual.

3.2.1 A democracia racial

A sociedade sempre esteve mudando e sua concepção de racismo mudaria com ela. No Período Colonial, Imperial e até meados da República, as formas de racismo e preconceito contra as pessoas negras eram mais explícitas e evidentes, quando a Constituição de 1988 é outorgada, essas práticas discriminativas são postas em repressão e o racismo, agora, passa para uma forma velada, uma forma implícita, mas presente nas interações sociais das pessoas.

Desde a Abolição da escravidão, em 1888, o país adotou uma política de genocídio com o povo negro, uma evidência disso, se reflete justamente em como foi feita essa cisão. Os afro-brasileiros foram libertos sem qualquer apoio ou ajuda financeira, deixados à margem para sobreviverem nessa sociedade racista. O ato da abolição não se caracterizou por causa de uma reflexão crítica sobre os horrores da escravidão, a classe dominante sempre teve interesses implícitos através dessas ações.

Nesta perspectiva, para apagar o sangue negro presente no corpo social, as políticas imigratórias foram incentivadas com o fim de misturar as raças para prevalecer a supremacia branca. Isto posto, “teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo ariano que se propunha erradicar o negro.” (NASCIMENTO, 2016, p. 85). Vários estudiosos fizeram pesquisas e teorias a partir do século XX para provar que o fim das pessoas afro-brasileiras se daria com o cruzamento das raças e que com o passar dos anos, apenas o homem branco restaria.

Complementando os argumentos anteriores, com o grande avanço da ciência na Europa a partir do século XIX, estudos começaram a surgir tendo como base a ciência, visando demonstrar as diferenças raciais entre os arianos (raça denominada de “pura”) e os infectos

(negros e judeus). “[...]Assim, entre 1860 e 1890 o conceito de evolução se popularizou, dando origem a novas teorias, entre os quais cabe lembrar o *darwinismo social*, o *evolucionismo*, o *arianismo* e a *eugenia* (CARNEIRO, 1985, p.21). Através dessas teorias, os pesquisadores difundiram e reforçaram os estereótipos e atitudes discriminatórias contra outras raças.

Visto que o Brasil tinha (e ainda tem) a Europa como o referencial teórico naquela época, essas ideias chegaram ao país e impregnaram-se em favor do racismo contra o negro que já era explícito no território. A inconveniência não se restringiu apenas com o negro, em simultâneo com a entrada de imigrantes orientais no país, a partir da República Velha, novas formas de combate à miscigenação aconteceram, entre elas, tinha a proibição de negros e japoneses no território nacional.

A partir das pesquisas difundidas no território algumas obras foram escritas no país, como exemplo, temos umas das mais conhecidas: *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Esta, surge como um relato sobre a escravidão que embora ofereça algumas verdades sobre ela, também ajuda na propagação de ideias racistas. Desse modo, as vantagens da miscigenação das pessoas são incentivadas para se formar uma identidade nacional através de seus argumentos.

Segundo Nascimento (2016), o Brasil sempre quis provar que não é um país racista e que todas as pessoas tinham direitos iguais. Contudo, essa afirmação de igualdade era equivocada uma vez que o fator racial pesava na balança, como prova disso, foram os africanos e afro-brasileiros os escravizados e não os brancos europeus/brasileiros. As desigualdades sociais eram determinadas pela raça que a pessoa pertencia.

Surgia então, o mito da democracia racial que tentava confirmar a não existência do racismo no país. Assim:

Concebido e propagado por sociólogos pertencentes à elite econômica na metade do século XX, esse mito afirma que no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras. (RIBEIRO, 2019, p. 13).

Desse modo, as divergências e os conflitos raciais teriam acabados de forma pacífica através da miscigenação da população. Assim, nega-se as características das pessoas negras para enaltecer o fenótipo branco e europeu que o Brasil tanto almeja. Nesta questão, para o afrodescendente ser aceito nos círculos sociais, ele tem que se embranquecer, mudando seus modos de vestir e agir para ficar próximo do perfil aceito pela maioria das pessoas.

Em vista disso:

Temos então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante. (NASCIMENTO, 2016, p. 90).

Segundo a citação anterior, há uma fuga das características que definem uma pessoa como negra. A identificação pessoal dessas pessoas é posta em xeque³ quando são forçadas a seguirem um certo padrão imposto pela classe dominante, desse modo, a reflexão sobre suas singularidades pode não acontecer uma vez que são submetidas a apenas uma fisionomia tida como a ideal e a certa em todos os meios de comunicação.

Assim sendo, ocorre um silenciamento em todos os pilares da sociedade brasileira desde a política e educação até nas relações sociais, em que as pessoas negras são excluídas ou simplesmente não entram no foco das discussões. Desse modo:

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais do governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Como afirma a citação acima, essa “democracia racial” que o país tanto declara, não passa de um racismo mascarado e institucionalizado nos pilares da sociedade. O conceito de igualdade é bastante difundido no país, mas os privilégios e oportunidades estão em posse de apenas uma parcela da população.

Isto posto, o processo de exclusão dos africanos e afro-brasileiros também aconteceu através da chamada “miscigenação”. Esta palavra pode significar “mistura de raças” segundo alguns sites e dicionários, mas o objetivo por trás dela revela uma concepção racista e desumana de silenciamento da cultura africana e afro-brasileira. Dessa maneira, a

Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo de brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e de seus descendentes. (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Continuando, percebe-se que no Brasil acontece uma forma de racismo muito mais letal e enraizado em comparação com o de outros países. Aqui acontece um racismo camuflado de

³ Palavra de aviso dita no xadrez quando o rei é ameaçado.

forma velada, estando presente em todos os pilares da sociedade, desde as pequenas interações pessoais até nas estruturas de organização da mesma.

Ao contrário do racismo presente nos Estados Unidos e na África do Sul em que houveram políticas segregacionistas que dividiam as pessoas entre brancos e negros, elas não podiam ocupar ou dividir os mesmos espaços, no Brasil, isso não aconteceu de forma explícita, mas não significava que não se presenciava divisões entre raças. Um grande exemplo disso se refere justamente nas pessoas que comandavam e contratavam para aquelas que eram comandadas e contratadas, a mão-de-obra era negra.

Quando refletimos sobre o processo da escravidão em si, percebe-se que a tonalidade da pele constituía um fator de divisão, antes, dos escravizados, agora: dos trabalhadores e trabalhadoras negras. Aqueles de pele retinta ficariam com os trabalhos pesados e aqueles de pele mais clara ficariam com os trabalhos domésticos na casa-grande. Assim:

[...] Para alcançar pequenas regalias, fosse como escravo ou como homem livre, os descendentes de negros precisavam ocultar ou disfarçar seus traços de africanidade, já que o homem branco era apresentado como padrão de beleza e de moral. (CARNEIRO, 1995, p. 15).

Prosseguindo, a diferença de tratamento dos afro-brasileiros começara em plena escravidão e persistira até a república democrática que estamos vivendo. A tonalidade da pele agora é um fenótipo decisivo que determina a quantidade de privilégios que uma pessoa possa ter na sociedade. Quanto mais próximo a pessoa fica do modelo ideal, mais vantagens ela terá na sociedade.

3.2.2 O racismo estrutural

Após esses argumentos sobre o mito da democracia racial, remete-se agora o olhar do leitor para o século atual que estamos vivendo. O racismo, que embora seja reprimido pelo sistema legal, ainda continua presente de forma explícita e implícita na sociedade. As discriminações ocorrem a todo momento em nossas interações sociais e presencia-se um racismo até então enraizado, um racismo estrutural.

A democracia racial tanto defendida pela classe dominante surgiu para preservar ideias discriminatórias e preconceituosas do homem branco (tendo como referência o europeu), em superioridade com as outras (negros, indígenas, judeus), nesta perspectiva, ela fixou-se no racismo presente no território nacional e influenciou várias atitudes questionáveis pelas pessoas no poder.

Segundo Santos (1980), as comparações com os outros é uma característica natural do ser humano. Baseado em seus argumentos, as pessoas na Grécia antiga chamavam de bárbaros aqueles que não falassem o grego. Em Roma, eram bárbaros os povos que não tivessem uma organização firmada nas leis, e quando chegamos na Idade Média, são bárbaros aqueles que não são cristãos. De toda forma, os que dominavam se colocavam na posição de superioridade em relação ao outro, e se julgavam como o modelo ideal e certo para se seguir e bárbaro era todo aquele que não o seguia.

Nesta questão, o opressor sempre busca uma maneira de justificar seus atos hediondos, assim, afirmavam que estavam trazendo o progresso para aqueles povos bárbaros, sem luz, sem o Deus Cristão, sem organização e sem cultura. Por isso, “[...] os europeus começaram a pregar que os povos de “cor”, que habitavam os três continentes, eram assim mesmo: incapazes e servis. “E nós não estamos maltratando, mas civilizando”. (SANTOS, 1980, p.25). Desse modo, a forma de discriminação nesta última, muda para a cor da pele, agora são bárbaros e inferiores os negros, indígenas e orientais (amarelos). Assim sendo, o racismo que antes era cultural, julgando as outras sociedades em comparação com as suas, agora era também biológico, sendo fator determinante para estas características físicas das pessoas, a cor de pele se constituiu o principal recurso dessa comparação.

Nos dias atuais, quando temos pessoas negras ocupando lugares que no imaginário de certos indivíduos seriam para brancos, acontece o racismo que o Brasil quer tanto negar. Essas pessoas são tratadas de formas diferentes por questões raciais e sociais, e a palavra “lugar” é na maioria das vezes dita, como se eles não pudessem ocupar aqueles espaços. Tais práticas discriminatórias estão tão naturalizadas na estrutura social, que faz com que o racismo “[...]acaba se injetando nas suas vítimas, tornando-as também racistas.” (SANTOS, 1980, p.73). Sim, o racismo está impregnado na mente das pessoas fazendo com que propagam estereótipos e frases de cunho preconceituosas.

Dessa maneira, Almeida (2018) nos informa três concepções de racismo presente na sociedade. O primeiro diz respeito ao racismo individualista, no qual este, acontece de forma individual ou grupal, mas que não culpa a instituição ou a estrutura pelas ações dos indivíduos, suas atitudes preconceituosas derivam da educação e do comportamento.

O segundo refere-se ao racismo institucional, este seguimento atua através de normas que são impostas pelo grupo dominante, no qual, naturalizam certas atitudes discriminatórias e dominam através das regras, o racismo aqui impõe poder do grupo tido como dominante.

O terceiro denomina-se racismo estrutural, assim, se temos uma instituição que promove o privilégio de certo grupo racial, logicamente teremos uma estrutura que reflete suas ações,

desse modo, a instituição é racista, porque a sociedade é racista. Ainda contextualizando este último termo, a estrutura é gerenciada por apenas uma raça, desse modo, as atitudes da instituição serão derivadas daquela organização.

Dessa maneira:

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (ALMEIDA, 2018, p. 33).

Nesta perspectiva, quando o racismo é estrutural na sociedade, acontece uma normalização de papéis entre brancos e negros. Essa normalização está tão arraigada no corpo social que quando vemos pessoas ocupando cargos de poder que não sejam brancas, ocorre um estranhamento com a situação. Existe um processo que perpassa essas ideias e gera essa normalidade.

A ideologia atua na manutenção dessas práticas discriminativas e preconceituosas. As ideias serão perpassadas por alguém, por algum veículo institucional ou não, desse modo, as escolas, as relações familiares e a própria mídia contribuem para essa difusão. Quando vemos na mídia, pessoas brancas na posição de destaque, ocupando a vaga de protagonista, quando vemos os grandes feitos dos homens brancos nos livros de histórias e quando ocorre a valorização dos perfis brancos em nossas relações sociais, tudo isso corrobora para a naturalização do homem branco em lugares de poder e do homem negro em posições de subservientes.

Continuando os argumentos acima, é importante refletir sobre como que está sendo retratado o negro nas mídias? Na maioria das vezes, as mulheres são retratadas como domésticas e empregadas, enquanto os homens negros são representados por seguranças, motoristas ou consumidores de drogas, e até grandes traficantes, reforçando estereótipos. Todos estes estereótipos nas mídias ajudam na manutenção do racismo e na criação de novos estereótipos.

Assim sendo, com uma sociedade impregnada neste racismo camuflado e neste racismo estrutural, as crianças podem não se identificar com a sua cor de pele e acabar negando sua identidade racial. Como vimos anteriormente, o racismo está na estrutura da sociedade, e por isso, as regras e organização social estarão gerenciadas a partir desta perspectiva.

Nesta questão, falta uma representatividade em toda a estrutura social que inclua as maiorias e minorias excluídas, negras e não negras, nas posições de poder. Não vemos pessoas negras e indígenas ocupando espaços de decisões na sociedade democrática atual, como pode

um país miscigenado como o Brasil só ter pessoas brancas tomando decisões? Isso é uma questão importantíssima para se refletir.

Contudo, ainda enfrentamos outra problemática, a da meritocracia. Quando representantes dessas mesmas minorias (indígenas) ou majorias (negros) conseguem chegar em tais posições por via da meritocracia. Esta palavra é a justificativa perfeita para mascarar o racismo e a democracia racial. Se uma pessoa negra conseguir chegar a determinado posto, automaticamente teremos pessoas defendendo que o mérito a levou a tal posição, e isso por si só, é ilusório na sociedade brasileira em que vivemos.

Desta maneira:

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, p. 52).

Assim sendo, os discursos que envolvam o mérito para justificar a conquista de alguém à determinada função é invalidado, porque existe uma desigualdade racial no país no qual nem todos terão a mesma oportunidade. E é exatamente essa desigualdade que acontece, e que é normalizada através dos meios de comunicação.

Desta forma, quando somos remetidos ao ambiente educacional, vemos que os conteúdos escolares seguem uma vertente eurocêntrica ignorando completamente as questões africanas e afro-brasileiras. Essa questão era tão evidente no começo deste século, que para os estudantes terem o mínimo de acesso ao conhecimento sobre essas culturas, tiveram que aprovar legislações que obrigassem às escolas a ensinarem conteúdos Afro-brasileiros e Indígenas. Essas se referem às leis: 10.639, de 2003 e a 11.645, de março de 2008.

Nem na sala de aula os discentes estavam tendo conteúdo ou informações sobre a questão africana e afro-brasileira. As informações passadas naquele ambiente favoreciam um fenótipo branco e colaborava para a normalização desse perfil tido como o ideal. Nesta questão, como toda a estrutura da sociedade favorece apenas uma classe, um perfil e uma face, a rejeição da singularidade das crianças negras pode acontecer.

Por isso “[...] este processo não é espontâneo; os sistemas de educação e meios de comunicação de massa são aparelhos que produzem subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior.” (ALMEIDA, 2018, p. 103). E aí entramos na questão da identificação racial dessas crianças. Como em todos os meios sociais e “midiáticos”, as pessoas negras são representadas

de formas estereotipadas, a promoção da branquitude ganha a atenção das mesmas uma vez que essas figuras estão a todo momento sendo imposta para elas.

Desse modo, vemos essa imposição nos brinquedos que as crianças brincam, nos livros que elas leem, nos filmes que elas veem, nas músicas que escutam, há apenas uma cor que predomina, e é a cor branca. Como as crianças vão querer se firmar como pessoas negras se não tem exemplos de pessoas assim? Por que quando vão pintar desenhos ficam procurando aquele tal lápis cor de pele? As pessoas estão sendo influenciadas a aceitar apenas um padrão. (CARNEIRO, 1995).

O sistema educacional atual é um lugar de aprendizagem e por isso não é neutro, os velhos hábitos de discriminação podem estar sendo repassados de maneira velada e subjacente nas práticas docentes. Essa questão velada se consiste na naturalidade que as opiniões estão sendo difundidas. Estamos tão acostumados a ver pensamentos e opiniões sobre o que é bonito e o que é ideal na sociedade, que isso se reflete nas concepções das crianças em relação a sua identidade pessoal.

A difusão de ideias racistas de forma naturalizada é característica do racismo presente no corpo social. Como consequência disso, teremos crianças que poderão não se identificar com a sua cor de pele, a negarem suas singularidades e a fugirem dos fenótipos que a determinariam como negras. Isso, porque

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – primário, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, [...] constitui um ritual de formalidade e da ostentação das salas da Europa, e mais recentemente, dos Estados Unidos. (NASCIMENTO, 2016, p. 113).

Logo, o ambiente educacional é uma arma de difusão de ideias pois é o local em que os futuros membros da sociedade estão incorporados. Nesta perspectiva, cabe uma reflexão crítica sobre os conteúdos ensinados naquele espaço e de como o sistema está organizado para não contribuir com os estereótipos racistas espalhados pela sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os negros e negras na história do Brasil foram tratados de maneira cruel e desumana pelos colonizadores europeus que os trouxeram coercitivamente para o novo território. Eram tratados como se fossem animais, sem conhecimento ou cultura, cuja única função era trabalhar forçadamente para fomentar a economia portuguesa.

O racismo era presente na sociedade desde a chegada dos africanos escravizados, pois era perceptível a ignorância dos europeus em relação aos povos do hemisfério sul (África e América). Se julgando superiores tendo como comparação a cultura, se achavam no direito de escravizar milhares de pessoas com a justificativa de estar trazendo o conhecimento e sabedoria para os mesmos. As consequências desse tratamento refletiram em mais de três séculos de escravidão no Brasil, no qual o racismo continuava presente e caminhou recentemente, para uma forma velada e ainda muito mais letal, um racismo estrutural. O corpo social continuou sendo gerenciado por um núcleo branco que representa apenas uma parcela da população. Um destaque: essa mesma parcela não corresponde à metade dos habitantes do país.

Sim, o Brasil, um país que tem mais da metade da população composta por negros e negras, não é representado por eles, temos uma supremacia branca em todos os pilares da sociedade, desde os professores até os políticos que administram o país. Dessa maneira, essa falta de representatividade nas mídias, nos livros, nos jornais, nos poderes da República, etc, acabam influenciando as crianças no desenvolvimento de sua identidade racial, pois como uma criança negra irá se identificar como uma, se não têm exemplos de pessoas assim em posições de relevância na sociedade?

Logo, o processo de miscigenação no país foi incentivado como uma política de apagamento das pessoas negras para homogeneizar a população, o racismo chegou com os invasores e persistiu em todas as estruturas e regimes políticos, inclusive em nossa democracia, e a identidade racial das crianças negras foi afetada completamente, devido à todo o histórico escravagista e de silenciamento das pessoas negras no pós-abolição.

Assim, a compreensão crítica da história do nosso país precisa abarcar o processo da escravidão e a promoção pela elite branca, dominante, do racismo, do preconceito e da discriminação com efeito na identificação racial, e como tal, a abordagem pode se constituir em uma fonte importante de conhecimentos afro-brasileiros para acadêmicos que se interessam pelo tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **A conquista do voto feminino.** <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index..html>. Acesso em 16.06.2022.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei 11.645**, de março de 2008.

BESOURO. Direção: João Daniel Tikhomiroff. Produção de Ancine. Brasil: Globo Filmes, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GxG1D9I_tk0. Acesso em: 05/11/2021.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade.** 2 ed. São Paulo: Ática S.A,1995.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 12 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1992.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, J. R. D. **O que é racismo.** 6º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SANTOS, J. R. D. **Zumbi.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

ANEXO A – Carta Testamento de Getúlio Vargas

ANEXO A – Carta Testamento de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

(Rio de Janeiro, 23/08/54 – Getúlio Vargas)